



população e força de trabalho: o caso da cafeicultura no oeste paulista*

Maria Coleta F. A. de Oliveira
Felcia R. Madeira

RESUMO – O objetivo deste trabalho é questionar alguns dos pressupostos das interpretações sobre as mudanças na dinâmica populacional brasileira. Dois deles são fundamentais, pela frequência com que aparecem na bibliografia. O primeiro é a afirmação de que a família do passado seria predominantemente grande, resultado de uma fecundidade deliberadamente não controlada. O segundo é a suposição de que a prole numerosa teria sido uma consequência da forma como a produção econômica se encontrava organizada. A discussão toma por base o regime de trabalho do *colonato*, que se generalizou na cafeicultura do Oeste Paulista desde fins do século XIX até 1930. Examina-se a importância da família na organização do trabalho no café e as evidências sobre o tamanho da família e da força de trabalho nela contida hoje e à época na região. Demonstra-se a fragilidade dos argumentos em uso e sustenta-se a necessidade de pesquisas que possam esclarecer as complexas relações entre as transformações sociais e o comportamento demográfico.

O objetivo deste trabalho é discutir alguns dos pressupostos das interpretações sobre as mudanças na dinâmica populacional brasileira. Embora bastante recentes, estas alterações remetem ao passado, lá situando-se as bases da organização social e econômica vigente no Brasil até os anos 50 deste século. Para tanto, focalizaremos alguns aspectos que caracterizaram as relações entre a população e sua utilização como força de trabalho na produção capitalista de café, o maior produto de exportação a sustentar a economia brasileira desde o século passado.

A dinâmica populacional brasileira recente se caracteriza por intenso declínio nos níveis de fecundidade. Estimativas com base em pesquisas domiciliares indicam uma queda de

* As autoras registram o apoio do Programa de Estudos em Demografia e Urbanização (Prodeur) da FAU-USP, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep-convênio B/76/81/335/00/00), da Fundação Carlos Chagas e do Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp para a elaboração deste trabalho. Versão preliminar do texto foi apresentada ao "Seminário sobre Población y Mano de Obra en America Latina, 1830-1930" Universidad Internacional Menendez Pelayo, Santander, Espanha, Agosto de 1982, e ao III Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Vitória, outubro de 1982. Encontra-se publicado em espanhol em SANCHEZ-ALBORNOZ, N. (comp.) 1985, *Población y Mano de Obra en America Latina*. Madrid: Alianza Editorial, pp. 259-278.

aproximadamente 24% para o conjunto do país entre 1970 e 1976, atingindo um máximo de 30% e um mínimo de 20% em diferentes partes do território. Os dados do Censo Demográfico de 1980 e análises preliminares da PNAD 84 não só confirmam estas tendências, quanto sugerem ter havido uma aceleração ainda maior do declínio nessa primeira metade da década em curso. De acordo com essas análises, a fecundidade teria caído cerca de 40% entre o final dos anos 60 e a metade dos anos 80. Assim, a intensidade da queda é uma das novidades deste processo em relação a tendências anteriores. Nos trinta anos que separam 1940 e 1970, a fecundidade teria decaído no Brasil apenas 11%, aproximadamente, segundo estimativas a partir de censos demográficos.

Além disso, à intensidade acrescenta-se a generalidade do processo de declínio em praticamente todo o território. Enquanto até 1970, a queda da fecundidade se concentrava nas regiões mais desenvolvidas do País, apresentando algumas das menos desenvolvidas até mesmo um aumento das taxas, no período recente a tendência ao declínio é geral. Atinge todas as regiões do país, envolvendo os segmentos mais pobres da população das áreas rurais (Carvalho et alii, 1981; Berquó e Merrick, 1983; Berquó e Carvalho, 1986). De fato, uma queda rápida e geral como a que está ocorrendo atualmente no Brasil só seria possível na medida que envolvesse também os setores mais carentes da população. Isto porque cerca de 50% das famílias em nosso País vivem com rendimentos inferiores a um salário mínimo legal, considerado como a linha divisória da pobreza.

Este processo de transição demográfica rápido e vigoroso, sem a adoção de uma política oficial explícita de controle populacional, tem se apresentado como uma tentação e um desafio para os demógrafos brasileiros. O que vem ocorrendo nos países atrasados constitui uma oportunidade única para se adquirir melhor discriminação e compreensão dos processos que determinam o comportamento social e biológico da reprodução. Representa também um enorme desafio porque resiste de imediato a modelos teóricos simplistas que correlacionam queda de fecundidade com melhoria de padrão de vida da população. O declínio recente nos níveis reprodutivos se dá desacompanhado de uma notável melhoria nas condições de vida no conjunto do país. A questão crucial que emerge é: o que teria levado até mesmo os mais pobres e as populações rurais a adotarem padrões de fecundidade típicos do controle deliberado?

Esta questão tem sido calorosamente discutida pelos demógrafos brasileiros. Do ponto de vista teórico, quem melhor enfrentou este desafio foi Paiva (1982), ao avançar hipóteses sobre a desestabilização da fecundidade que remetem aos determinantes fundamentais da história brasileira (Paiva, 1982; Merrick, 1985). Entre outras qualidades, seu trabalho tem o mérito de lançar à discussão muitos pontos que permanecem ainda obscuros acerca da sociedade brasileira do passado, sobretudo de suas características sócio-demográficas.

Um destes pontos é exatamente a idéia da predominância de um padrão de tamanho de família grande no passado em decorrência de sua importância econômica. Dois aspectos são aí centrais. Em primeiro lugar, tem-se como certo que a família do passado seria grande, resultado de uma fecundidade deliberadamente não controlada. Em segundo lugar, supõe-se que a prole numerosa seja uma consequência da forma como se encontra organizada a produção econômica.



O exemplo do regime de trabalho do *colonato* na cafeicultura do Oeste Paulista constitui excelente contexto para a discussão desta questão. A par das vinculações deste regime de trabalho com questões populacionais, está o fato de que sua adoção significou a generalização de uma modalidade de organização do trabalho totalmente apoiada na família como unidade de força de trabalho. Esta generalização constituiria, segundo alguns, a base sobre a qual se apoia um regime demográfico de fecundidade elevada (Oliveira, 1985).

O objetivo deste trabalho é repensar a importância da família na organização da força de trabalho sob o *colonato* e suas implicações demográficas. Ao mesmo tempo em que reuniremos as evidências disponíveis acerca da organização produtiva da família e seu tamanho sob este regime até 1930, nossa intenção é argumentar pela necessidade de intensificação das pesquisas sobre o tema como condição para uma adequada explicação da dinâmica demográfica brasileira.

O COLONATO NA CAFEICULTURA: IMPLICAÇÕES DEMOGRÁFICAS

O café constituiu durante todo o século XIX o mais importante produto comercial de exportação no Brasil. Explorada ainda com base no regime da escravidão, a cafeicultura deslocou-se do eixo entre o Rio de Janeiro e São Paulo em direção ao oeste do Estado de São Paulo, na região sudeste do País. À época da abolição da escravatura, o chamado Oeste Paulista constituía a mais importante região produtora.

Dada a sua base tecnológica, a continuidade da produção cafeeira dependia da incorporação crescente de terras e de um adequado suprimento de mão-de-obra. A interrupção do tráfico negreiro já havia colocado aos fazendeiros de café a questão da mão-de-obra para suas lavouras. A solução encontrada foi a importação de trabalhadores livres europeus, iniciada na segunda metade do século XIX. A migração estrangeira para o Brasil constituiu um movimento de massa, especialmente a partir da criação de subsídios oficiais à transferência desta mão-de-obra européia nos anos 80. Entre 1886 e 1903, as estimativas existentes dão conta da entrada de cerca de 97.000 estrangeiros por ano em média, dirigindo-se a maioria deles para as lavouras de café de São Paulo. O fluxo migratório mantém-se intenso até o início da Primeira Guerra Mundial, declinando em anos subsequentes (Levy, 1974: 49-90; Holloway, 1974; Merrick e Graham, 1979).

O *colonato* foi o regime de trabalho que permitiu a mobilização de grandes contingentes populacionais estrangeiros e também nacionais para a produção capitalista de café. Em sua origem está a necessidade de solucionar o problema de escassez de mão-de-obra necessária à continuidade do empreendimento cafeeiro a partir da crise do regime escravocrata. Apesar do muito que se conhece a respeito, diversos são os aspectos ainda obscuros. As análises do *colonato*, mesmo quando realizadas por economistas, historiadores e sociólogos, nunca esteve desvinculada de problemas de população e mão-de-obra. A retomada recente desta questão por pesquisadores da área da demografia abre perspectivas bastante alentadoras.

De um lado, não está suficientemente esclarecido em que medida a importação de

européus teria vindo suprir uma escassez de população nas regiões em processo de ocupação pelo café. Diversos autores têm apontado as razões pelas quais o contingente de ex-escravos teria abandonado as fazendas quando da abolição, deixando-as desprovidas de braços para o trabalho agrícola (Viotti da Costa, 1966; Martins, 1979). Ao mesmo tempo, cogita-se dos fatores que teriam impedido a mobilização de população nacional em grande volume pela cafeicultura até 1920. A ampla disponibilidade de terras e a conseqüente possibilidade de reprodução da economia policultora de subsistência desempenhou certamente um importante papel, competindo com o café na absorção da população disponível (Balán et alii, 1973). A importância da policultura de subsistência nos sistemas econômicos regionais no Brasil teria dificultado as migrações internas em volume suficiente ao adequado suprimento de força de trabalho para o café. (1)

De outro lado, as proporções assumidas pela imigração estrangeira para o Brasil resultaram também de fatores de distinta ordem. A existência de população facilmente mobilizável em alguns países europeus em decorrência das crises econômicas que enfrentavam, constituiu um dos aspectos importantes da questão (Holloway, 1974). Além disso, o volume de investimentos já realizados e a conseqüente infra-estrutura existente à época para o transporte intercontinental configuraram, possivelmente, importante fonte do interesse pela migração internacional em detrimento da mobilização inter-regional. (2)

A questão da mão-de-obra para o café encontra solução definitiva com o *colonato*, a partir do qual se estrutura um mercado de trabalho até então inexistente. O regime ao qual nos referimos constitui o resultado de uma série de alterações que foram sendo introduzidas nas relações de trabalho entre fazendeiros e trabalhadores desde as primeiras experiências mal sucedidas de incorporação de estrangeiros. Em sua forma final e amplamente utilizada no Oeste Paulista e regiões adjacentes desde fins do século XIX até os anos 50 deste século, o contrato de *colonato* envolvia algumas características centrais.

As atividades vinculadas ao cafezal constituíam a obrigação primeira do colono (3) submetido a um contrato de trabalho com vigência mínima de um ano. Estas atividades eram basicamente de dois tipos. Um primeiro era constituído pelo trato de um certo número de pés de café durante o ano, protegendo-os das ervas daninhas. De acordo com um cronograma determinado pela administração da fazenda, ficava o colono obrigado a realizar um certo número de carpas ou capinas (de 4 a 6, conforme a região) durante o período das chuvas. Um segundo tipo de atividades eram aquelas compreendidas pela colheita. Nesta ocasião, o trabalho do colono se desvinculava da parte do cafezal sob sua responsabilidade, realizando a coleta das cerejas onde e quando a administração da fazenda assim o determinasse. Por ambas as tarefas – o trato e a colheita – o trabalhador recebia um salário monetário, dividido em duas partes. A primeira correspondia ao número de pés tratados, paga a cada mês, dois ou três conforme o combinado. A segunda correspondia à participação na colheita, calculada com base no volume de grãos colhidos pelo trabalhador e sua família. A importância relativa à colheita era paga ao final, deduzidas as dívidas dos colonos para com a fazenda. Além destas tarefas, um terceiro conjunto delas envolvia o pagamento de salários. Trata-se de serviços avulsos e eventuais realizações por dia pelos colonos junto às sedes, na conserva de cercas ou caminhos. Segundo alguns autores, o montante de dinheiro resultante destas atividades era reduzido apesar de, em alguns casos, ser capaz de alterar o rendimento monetário total da família de colonos em um ano



(Bassanezi, 1973).

Tomando-se o conjunto do ano agrícola, as atividades a que se obrigavam os colonos estavam desigualmente distribuídas. Seguindo o calendário das chuvas, o trato dos cafeeiros era realizado de outubro a abril, iniciando com o preparo da lavoura para um novo ciclo produtivo e encerrando com a preparação para a colheita. Esta concentrava-se nos meses de maio a agosto, envolvendo o intenso trabalho de toda a mão-de-obra disponível. Desse modo, intercalavam-se períodos de grande atividade – cada uma das carpas e a colheita – com outros em que se reduzia drasticamente o dispêndio de força de trabalho no cafezal.

A existência de tempo ocioso permitia que o colono se mantivesse, ao mesmo tempo, como assalariado na produção de café e como produtor independente de cereais destinados a seu sustento e o de sua família. Este tipo de cultivo, acrescido da criação de pequenos animais (aves e suínos) e mesmo de algumas poucas vacas, respondia pela maior parte da subsistência do colono e sua família. De tal forma que sua participação como consumidores no mercado estava restrita a uns poucos itens não produzidos no contexto da fazenda. (4)

De fato, a produção direta da subsistência integrava o contrato de trabalho do *colonato*, constituindo um de seus elementos característicos. A produção para o autoconsumo estava, neste caso, subordinada ao assalariamento no café: tanto maior o número de pés de café a seu cuidado, maior a área de que podia dispor o colono para sua roça de alimentos. Esta relação se manteve, ao que se sabe, tanto nos casos em que era permitido o cultivo intercalar aos cafeeiros, quanto naqueles em que os cereais deveriam ser plantados em porções de terra cedida fora dos cafezais. Portanto, do ponto de vista do acesso à terra, a “produção independente” dos colonos estava subordinada à produção capitalista de café.

O contrato de trabalho no *colonato* envolvia, de um lado, o fazendeiro, e de outro, o colono enquanto chefe de uma família. Desse modo, o ajuste estabelecido entre eles supunha o concurso de outros trabalhadores, constituídos pelos membros aptos da família do colono. Era em função do número de trabalhadores disponíveis na família – literalmente, do número de “braços” ou “enxadas” (5) – que se determinava a quantidade de pés de café a ser colocada sob seu cuidado. Havia, deste modo, um estímulo à integração produtiva de todos aqueles que pudessem manejar os instrumentos básicos de trabalho. A colaboração dos membros da família ampliava a capacidade produtiva de seu chefe, submetendo-se todos a um mesmo contrato de trabalho. Portanto, ao ajustar um colono, o fazendeiro estava, em realidade, contratando uma turma de trabalhadores, sob o comando de um chefe, para o cuidado de uma parte determinada de sua lavoura.

Em suma, o *colonato* foi um regime de trabalho que articulava a produção de mercadorias com a produção para o autoconsumo. Suas bases podem ser encontradas na necessidade de conciliar a mobilização maciça de trabalhadores livres com a insuficiência de recursos dos fazendeiros para o pagamento de salários.

A identificação do *colonato* com problemas populacionais e de necessidade de mão-de-obra não se esgota na questão da imigração estrangeira. A substancial importância da produção para o autoconsumo teve, segundo alguns, amplas conseqüências na determinação dos

níveis e das tendências demográficas, especialmente no que diz respeito à fecundidade. O regime do colonato aparece associado à idéia de uma família grande, na medida que se tem como certo que tanto o êxito do colono como o do sistema dependiam do tamanho da família. (6) De forma mais ou menos explícita está a idéia de que a prole numerosa é o resultado de uma fecundidade deliberadamente não controlada, fruto da tentativa de um ajuste mais adequado à organização do trabalho predominante.

A interpretação da natureza dos mecanismos de ajuste tem sido alterada sob a influência da historiografia que procura dar conta da experiência europeia de transição demográfica. Embora não se possa falar na existência de uma homogeneidade de visão entre os historiadores preocupados com estas questões, dois pontos nos interessa aqui destacar. (7) O primeiro é que o nível de fecundidade pré-industrial seria estável e situado abaixo daquele biologicamente possível. Estas diferenças decorreriam de arranjos institucionais e não de decisões deliberadas objetivando um dado tamanho de família. O segundo é que o processo de transição demográfica deve ser entendido no contexto das transformações nas formas de regulação, de institucional para racional. Ou seja, a transição demográfica pode ser vista também como a passagem de um modelo de oferta de filhos (controle institucional) para um de demanda por filhos (controle deliberado). Este último seria característico de sociedades já industrializadas, levando-se em conta nas decisões racionais apenas as variações nos preços.

Em trabalho recente, Paiva (1982) se propôs a identificar quais os arranjos institucionais que teriam propiciado a auto-regulação pré-industrial brasileira, caracterizada em seus resultados por uma fecundidade elevada. Adverte inicialmente, inspirando-se em seu referencial no trabalho de Tilly (1978), que "o controle institucional da fecundidade é característico de relações sociais não-capitalistas" e que "o processo histórico fundamental de transformação que teria determinado mudanças na forma de regulação da fecundidade seria o processo de proletarianização" (Paiva, 1982).

A argumentação do autor para dar conta da realidade brasileira gira em torno de um eixo central: a substancial importância da produção para o autoconsumo na garantia da sobrevivência familiar. Esta, que foi a base do regime do colonato no café e do sistema do morador na economia açucareira do Nordeste brasileiro, permaneceu e generalizou-se até a metade deste século. Durante este período teria estimulado a manutenção de uma fecundidade natural, sendo portanto positivo seu efeito sobre o tamanho da família.

Desta forma, teriam sido a alta mortalidade, aliada à abundância de terras, responsáveis pela instalação de um padrão de casamento precoce e, portanto, pelos altos níveis de fecundidade no Brasil até aquela data. Daí conclui que o tamanho da prole não resulta de uma decisão deliberada da família. A ruptura deste padrão teria sido provocada pela crise do arranjo que permitiu conciliar a produção de mercadorias com a produção para o auto-consumo. A proletarianização total da ampla massa de trabalhadores ao se aproximarem os anos 60 deste século estaria à raiz da alteração nos níveis de fecundidade.

Desde logo vale a pena marcar a importância do argumento do controle institucional, com o qual, em princípio, concordamos. Sua contribuição está em nos permitir descartar a idéia, freqüentemente implícita em análises do colonato, de que as famílias seriam grandes devido



a suas visíveis vantagens econômicas. Em condições como a do *colonato*, em que a absorção dos braços disponíveis depende apenas de uma reorganização do trabalho ao nível da unidade familiar, torna-se difícil imaginar a existência de um tamanho adequado ou desejado de família nestes termos.

O TAMANHO DA FAMÍLIA SOB O COLONATO

Implícita na discussão precedente acerca das conseqüências demográficas da ampla generalização de um tipo particular de regime de trabalho está a idéia de que não só a fecundidade foi alta no passado quanto predominavam famílias numerosas. Apesar de serem algumas vezes apontados mecanismos alternativos de determinação destes parâmetros, a idéia da adequação do tamanho da prole à lógica de uma determinada forma de organização social de produção permeia as interpretações.

O encadeamento do argumento que reúne a ampla disponibilidade de terras, o casamento precoce e a prole numerosa encontra alguns problemas quando cotejado com algumas evidências empíricas. Embora insuficientes e não conclusivas, estas evidências nos adverte para a complexidade existente atrás da imagem de uma fecundidade alta e estável no passado. De fato, investigação recente em antiga área cafeeicultora do Oeste Paulista sugere que aquilo que se tomou como certo e dado é, na verdade, ainda uma questão. (8) Relatos sobre a história de vida de trabalhadores que viveram sob o *colonato* entre os anos de 1930 e 1950 dão conta da presença de famílias relativamente pequenas dentre colonos. Além disso, esses depoimentos nos colocam dúvidas quanto à essencialidade da família grande sob aquele regime de trabalho. As indicações obtidas, ainda que preliminares, sugerem ser ainda longo o caminho a percorrer. Este trabalho é um primeiro passo nessa direção.

Vejamos o que nos dizem alguns dados existentes acerca do tamanho das famílias de trabalhadores que viveram sob o regime do *colonato* no Oeste Paulista ou que para lá se dirigiram.

O primeiro conjunto de evidências refere-se às famílias que entraram na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo entre 1902-23 e 1928, reunidos nos Quadros 1 e 2. (9) A Hospedaria funcionou, durante a vigência dos programas oficiais de imigração européia, como importante centro de acolha e de triagem dos recém-chegados ao Porto de Santos, portão de entrada da ampla maioria dos imigrantes no período. Desta Hospedaria saíam as famílias já contratadas pelos fazendeiros que ali encontravam um verdadeiro mercado de mão-de-obra.

Chama-nos a atenção, em primeiro lugar, a relativa estabilidade das médias de tamanho de família ao longo do tempo. De fato, em termos médios, as famílias variaram de um mínimo de 4,2 e um máximo de 5,5 membros. Com base nestes dados, podemos supor que o número médio de filhos destas famílias estaria entre os 3 ou 4, na suposição de que estivessem compostas por um casal e sua prole.

Em segundo lugar, estes dados evidenciam a existência, à época, de padrões ligeiramente diferenciados dentre o contingente de imigrantes. De acordo com os dados reunidos no Quadro 2, podemos comparar as características da migração subsidiada e espontânea. Verificamos assim que os migrantes que para cá se dirigiram através dos programas oficiais possuíam

QUADRO I
COMPOSIÇÃO FAMILIAR DE PESSOAS ENCONTRADAS
NA HOSPEDARIA DE IMIGRANTES, 1902-23, 1928

A Ano	B Adultos entrados solteiros	C Pessoas em unidades familiares	D Número de unidades familiares	E Tamanho médio de família (C-1)
1902	2.215	23.221	5.120	4,5
1903	2.147	5.487	1.274	4,3
1904	2.480	14.773	3.177	4,6
1905	4.235	33.690	7.531	4,5
1906	5.248	31.718	6.511	4,9
1907	5.688	16.947	3.495	4,8
1908	8.956	21.359	4.497	4,7
1909	7.773	22.995	4.719	4,9
1910	6.943	25.081	5.318	4,7
1911	9.465	34.987	7.593	4,6
1912	10.196	56.583	11.928	4,7
1913	10.765	72.315	15.677	4,6
1914	10.596	36.328	7.839	4,6
1915	6.919	15.640	3.488	4,5
1916	6.211	15.923	3.382	4,7
1917	6.656	24.803	5.007	5,0
1918	4.373	12.607	3.006	4,2
1919	4.761	13.418	2.915	4,6
1920	7.246	24.641	5.133	4,8
1921	7.916	25.542	5.100	5,0
1922	7.350	19.055	3.623	5,3
1923	9.904	33.123	6.130	5,4
(Dados não disponíveis para os anos 1924-27)				
1928	27.522	60.925	11.111	5,5
Total	175.565	641.161	133.574	4,8

FONTE: Holloway, 1974: 239.



famílias um pouco maiores, em média, embora as diferenças fossem aparentemente muito pequenas.

QUADRO 2
TAMANHO MÉDIO DE FAMÍLIA DE PESSOAS ENTRADAS NA HOSPEDARIA
DE IMIGRANTES, POR CATEGORIAS, PARA PERÍODOS SELECIONADOS, 1902-1928,

Período ^a	Total	Subsidiados	Espontâneas	Reentradas
1902-10	4,7	5,0	4,7	4,0
1918-21	4,7	5,0	4,9	4,1
1928	5,5	6,3	5,7	4,6

FONTE: Holloway, 1974: 240.

a - Dados não disponíveis para os anos 1911-17 e 1921-27.

A imagem sugerida por estes dados pode ser mais concretamente avaliada a partir do exame de um segundo conjunto de evidências. Refere-se a grande e importante fazenda de café do Oeste Paulista, cobrindo o período que vai de 1908 a 1919. (10) As informações mais relevantes aos propósitos de nosso trabalho foram reunidas nos Quadros 3 e 4 apresentados a seguir.

QUADRO 3
"FAZENDA SANTA GERTRUDES"
COMPOSIÇÃO FAMILIAR DE TRABALHADORES NO CAFÉ
1908 - 1919

A Ano	B Pessoas em unidades familiares	C Número de trabalhadores	D Número de unidades familiares	E Tamanho médio de família (B : D)	F Número médio de trabalhadores em famílias (C : D)
1908-09	1.078	464	170	6,3	2,7
1909-10	1.085	489	165	6,6	2,8
1910-11	1.128	468	167	6,8	2,8
1911-12	1.088	471	156	7,0	3,0
1912-13	915	441	134	6,8	3,3
1913-14	926 ^a	454 ^a	147	6,3	3,1
1914-15	948	467	153	6,2	3,1
1915-16	825	381	135	6,1	2,7
1916-17	808	370	125	6,5	3,0
1917-18	877 ^a	307 ^a	104	6,5	3,0
1918-19	930	407	144	6,5	2,8
Total Médio	944	426,8	145	6,5	2,8

FONTE: Bassannezi, 1973.

a - Cifras estimadas.

QUADRO 4
 "FAZENDA SANTA GERTRUDES"
 TAMANHO MÉDIO DE FAMÍLIA POR NACIONALIDADE
 DE TRABALHADORES, 1895-1930

Nacionalidade	Tamanho médio de família	Número médio de trabalhadores em famílias
Italiana	7.3	3.0
Brasileiran/Portuguesa	5.6	2.3
Espanhola	5.5	2.3
Japonesa	3.8	3.3

FONTE: Bassannezi, 1973.

A primeira observação a ser feita diz respeito à consistência dos valores no período de tempo considerado. Como podemos verificar, as médias de tamanho das famílias de colonos apresentam uma flutuação ligeira de ano para ano. Nos onze anos que separam as duas datas consideradas no Quadro 3 (1908-1919), as famílias empregadas nesta fazenda variaram de um tamanho médio mínimo de 6,1 a um máximo de 7,0 pessoas. De acordo com estas cifras, o número médio de filhos destas famílias estaria situado em torno dos 4 ou 5 filhos. Poderia uma família com estas dimensões ser considerada grande? Grande em relação a que, ao presente? Se pensarmos que parte destas famílias podiam conter um ou outro parente adulto adicional, sem que, por isso, fugissem ao padrão nuclear dominante no período, então o tamanho da prole ver-se-ia ainda mais reduzido.

Os dados reunidos no Quadro 4 agregam outras informações. A julgar por elas, a magnitude das unidades familiares sofreram variações em função da origem dos colonos. Assim, apenas os trabalhadores de origem italiana ter-se-iam destacado por sua numerosa descendência. (11) Contudo, temos consciência da limitação das inferências que podemos fazer a partir destes dados.

Em realidade, não podemos tomar de modo acrítico informações como estas que aqui reunimos. Apesar disso, delas fazemos uso por serem as que existem. Tratam-se de valores médios, que resumem uma variabilidade por eles não revelada. Não podemos em vista disso saber qual a proporção de casos que se localizam em torno deste padrão e aqueles que dele escaparam, para mais ou para menos. Padecem de limitação especialmente os valores discriminados pela nacionalidade das famílias, pois resumem uma experiência de 35 anos em uma única média para cada grupo. Além deste problema, um segundo merece destaque. Cada uma destas médias representa um corte transversal no tempo, reunindo as famílias efetivamente encontradas em cada momento. Estão aí presentes, portanto, famílias em distintas fases de seu processo de desenvolvimento em proporções que desconhecemos. Este fato coloca problemas adicionais à interpretação das evidências. Especialmente se nossa preocupação for, como na verdade é, a de pensar as implicações demográficas dos valores encontrados. De qualquer forma, e apesar da importância destas limitações, a consistência entre os valores bem como sua flutuação ligeira



de ano para ano nos sugerem algo que não podemos desprezar. As discrepâncias entre os dois conjuntos de evidências não chegam a perturbar a imagem deixada quanto ao padrão de tamanho de família então vigente.

Além do mais, tais resultados não destoam de algumas estimativas da fecundidade existentes, ainda que para períodos subsequentes. O número médio de filhos sobreviventes à idade de 15 anos por mulher, o que dá uma idéia aproximada do tamanho final da família, teria permanecido constante em São Paulo constante de 1930/60, ao redor de 4,0 filhos. Só na década de 1960/70 é que teria havido uma queda para 3,6 filhos por mulher. Se se assume a tese defendida no item anterior, de que no período de implantação e expansão do *colonato* o número de filhos teria sido dado pela oferta, o tamanho da família dependeria do número de filhos nascidos vivos e da probabilidade de sobrevivência à idade adulta. Exercício realizado por Paiva (82:17 e seguintes) conclui que, para uma família rural típica do início do século, cuja sobrevivência era garantida sobretudo pela economia de subsistência, chegar a ter 5 filhos sobreviventes, a sua fecundidade total deveria ser de 8,3 filhos. Para se elevar de 5 a 6 sobreviventes até os 15 anos, a taxa de fecundidade total teria de se elevar de 8,3 para 10 filhos nascidos vivos.

Os dados apresentados nos Quadros 3 e 4 são ainda de grande interesse na medida em que esclarecem quantos nas famílias trabalham. Também neste caso, as médias anuais apresentam uma relativa estabilidade ao longo do período considerado. A amplitude de variação é ainda menor que aquela encontrada para os tamanhos de família. É bastante provável que estes valores expressem a potencialidade de participação de seus membros, dado o já mencionado estímulo ao engajamento do maior número possível de braços em cada unidade doméstica. As razões de dependência que estes valores indicam nos mostram que, apesar disso, nem todos participam regularmente do trabalho agrícola. De fato, apenas 40-50% da população constituída pelo conjunto das famílias de colonos encontraram-se ao longo do tempo engajados no trato dos cafezais.

Em vista do que se conhece acerca da organização do trabalho sob o *colonato*, é difícil determinar quais seriam os atores por trás das médias familiares de participação produtiva — esposas, esposas-mães, filhos, a partir de que idade etc.

Antes de mais nada, é preciso lembrar que o *colonato* subsistiu enquanto foi possível conciliar a produção de mercadorias (o café) com a produção de alimentos para o autoconsumo (as roças de cereais e os animais). Essa possibilidade estava dada pelas condições existentes de valorização do capital na agricultura brasileira do período. Se isto é verdade ao nível das determinações mais gerais, ao nível da organização concreta do processo de trabalho, foi a contratação de famílias que tornou viável a efetiva articulação do assalariamento com a produção direta da subsistência.

A vinculação do colono a determinada parcela do cafezal e a atribuição a ele, como chefe de um grupo, da responsabilidade pelo cumprimento de certas tarefas, permitiu-lhe uma certa autonomia no processo de trabalho. Atendidas as exigências do contrato — relativas ao número e à época de realização das capinas e de preparo do cafezal para a colheita ou para o início de um novo ciclo agrícola — não importava ao fazendeiro quem e quando se desencum-

biam destas tarefas. Cabia, pois, ao chefe da família alocar os recursos da força de trabalho disponíveis de modo a poder dar conta, a tempo e hora, do trato do cafezal e do plantio, cuidado e colheita dos cereais de sua roça.

Como já acentuamos, nem toda a família do colono participava do trabalho agrícola. Além dos velhos e inválidos, crianças ainda pequenas tinham sua participação restrita às colheitas, colaborando durante o resto do ano em pequenas tarefas como levar comida aos que estavam na roça, por exemplo. Sua transição à condição de trabalhadores(as) se dava de modo paulatino, socializando-se no trabalho agrícola à medida em que, como já salientamos, pudessem arcar com o peso da enxada. Nas colheitas, ao contrário, todos participavam, mesmo os pequenos, colaborando para a ampliação dos rendimentos do conjunto da família. (12)

Tendo por base o engajamento universal na safra, é visível nesta etapa uma divisão de trabalho entre os membros da unidade doméstica. Os critérios ao longo dos quais as tarefas eram atribuídas derivavam tanto da quantidade de trabalho requerida por cada fração de atividade no conjunto da colheita, quanto da capacidade e/ou habilidade física dos membros da família. Assim, crianças pequenas ocupavam-se dos ramos inferiores dos cafeeiros, além de caatarem os grãos que houvessem caído fora do alcance dos rastelos. Filhos e filhas maiores dedicavam-se juntamente com os demais à derrça dos grãos, atividade que consiste em derrubar as cerejas no chão. À medida que o trabalho avança, alguns dos mais velhos começavam a rastejar, isto é, a amontoar com o rastelo os grãos derrubados. Atrás do rastelo iniciava-se a abanação. De um modo geral, o chefe da família, acompanhado pela mulher ou por um de seus filhos, dedicavam-se neste momento a separar com movimentos de uma peneira os grãos do entulho, colocando-os em seguida em sacos para serem transportados para a sede da fazenda. É provável que quanto maior o número de pessoas engajadas na colheita, maior fosse o volume de café colhido com menos intensidade de trabalho em cada uma delas. Contudo, com excessão da colheita, e apesar das inúmeras referências, não está de todo esclarecida a exigência ou não de um padrão de divisão do trabalho dentro da unidade familiar (Silva Dias, 1979; Sallum Jr., 1979). (13)

De um lado, sabemos que era grande o volume de atividades que deviam ser desempenhadas pela família do colono. Às tarefas essencialmente agrícolas – no cafezal e nas roças de cereais – somavam-se atividades subsidiárias e aquelas de cunho mais estritamente doméstico. A vigência de uma divisão sexual do trabalho não parece ter ido mais além de uma vinculação eventualmente mais estreita do homem ao trabalho agrícola e da mulher aos serviços domésticos. No entanto, não é absolutamente verdadeiro afirmar, em vista disso, ter vigorado um esquema estreito de atribuição de papéis de acordo com o sexo. A relativa autonomia de que desfrutavam no processo de trabalho fazia com que não se encontrassem nitidamente constituídos e irremediavelmente separados um “mundo da casa” e um “mundo do trabalho”. Esta distinção foi, no Brasil, um produto mais recente do desenvolvimento capitalista. No cotidiano da vida familiar sob o *colonato* intercalavam-se tarefas estritamente produtivas e outras cujo caráter dificilmente se define à luz deste critérios. O cuidado dos animais, das hortas, o suprimento de refeições aos que permaneciam no campo etc, são tarefas que exprimem a articulação entre aqueles “mundos”. No que diz respeito à mulher, a flexibilidade no uso do tempo, proporcionada pela relativa autonomia da família sob o *colonato*, facultava-lhe o livre trânsito entre a casa e a lavoura



De outro lado, é possível imaginar que as demandas sobre o tempo feminino sofressem o impacto do tamanho da família. Com uma família de muitos membros ter-se-ia aumentado o volume de trabalho doméstico, ao mesmo tempo em que a disponibilidade de um número maior de braços permitiria a "especialização" em diferentes tarefas. É altamente provável terem sido as esposas-mães, em muitos casos auxiliadas por mais alguém da família, aquelas sobre quem tenha recaído a responsabilidade pelo serviço doméstico. Desse modo, a ampliação do tamanho da prole ao mesmo tempo facultaria e demandaria a adoção de algum tipo de divisão de tarefas interna à unidade familiar.

Contudo, do ponto de vista das possibilidades de organização da vida cotidiana, importa considerar não apenas o tamanho da família mas sua composição etária. Mais do que o tamanho da prole, era a existência de mais um trabalhador equivalente que podia levar a esposa-mãe a se afastar da enxada, dedicando-se às atividades de cunho mais doméstico. O tamanho da família tem, em realidade, implicações contraditórias em diferentes etapas da vida familiar. A ampliação da prole implica durante um certo tempo no aumento do volume de trabalho necessário, em seu conjunto, à sobrevivência da unidade familiar e, portanto, em maior sobrecarga para os membros adultos. Apenas em uma etapa subsequente é que o tamanho da família pode significar a possibilidade de uma distribuição mais equilibrada de tarefas na família. A depender do número de filhos, a família grande pode ainda desfrutar de condições demográficas favoráveis por um período de tempo mais prolongado.

Do que foi dito acima uma conclusão deve ser retida. Ao indagarmos acerca das possíveis vantagens da família grande sob o colonato é necessário pensá-la no tempo, distinguindo-a de acordo com a etapa do ciclo de desenvolvimento em que se encontra. Estas etapas têm implicações distintas no que diz respeito à disponibilidade de força de trabalho na família, evidenciada pelas médias de trabalhadores reunidas no Quadro 3 analisado acima. (14)

Antes de seguirmos por esta via, contudo, vale relatar alguns dos resultados de pesquisa sobre a organização da família de trabalhadores hoje assalariados em área do Oeste Paulista. (15) Estes resultados ajudam-nos a recolocar em perspectiva as informações acerca do passado que anteriormente examinamos.

Em entrevistas realizadas com duas amostras de mulheres assalariadas na agricultura em 1977, encontramos um valor mediano de tamanho de família de 5,0 para as residentes em área urbana e de 6,0 para aquelas da área rural. Estes valores são bastante próximos daqueles constatados há seis décadas atrás. Da mesma forma, aproximam-se as médias do número de trabalhadores nas famílias. Para a amostra urbana, encontramos um valor mediano de 2 trabalhadores, e na área rural, de 3 trabalhadores em cada unidade doméstica. (16) Em vista disso, o conjunto das famílias entrevistadas têm, igualmente, de 40-50% de seus membros economicamente engajados.

Com estes dados, podemos encaminhar uma resposta à questão que havíamos anteriormente colocado: comparadas com as famílias de trabalhadores do presente, as magnitudes encontradas entre trabalhadores do passado chamam a atenção muito mais por sua semelhança do que por uma possível diferença. O cotejamento destes dados, embora não nos leve a conclusões definitivas, nos dá uma medida do quanto se tem afirmado com base em insuficiente respaldo empírico.

Ao mesmo tempo em que se aceita, mais ou menos automaticamente, que a família era grande, explica-se as razões deste fato em termos das necessidades de mão-de-obra, lançando mão de uma lógica que nos parece questionável em alguns de seus pontos principais. Parte-se de uma alegada escassez de braços e da vigência de normas de imigração estrangeira favorecendo famílias grandes. Passa-se daí a afirmação de que a família grande seria necessária ao tipo de organização do trabalho e da produção que então se forjava. Este constitui o primeiro salto de um argumento que, a despeito das muitas adesões, permanece problemático. Ou seja, supõe-se que um número grande de filhos constitua uma exigência de determinada relação de trabalho. Desta suposição, salta-se para uma terceira afirmação, segundo a qual a prole numerosa seria a base da capacidade do colonato acumular um pecúlio que lhe permitisse transpor a barreira da propriedade da terra, realizando um dos sonhos da emigração de sua terra natal.

Antes de mais nada, cabe salientar com relação a este argumento que os critérios de elegibilidade de imigrantes nos programas oficiais não parecem ter sido tão rigorosos como muitas vezes se supõe. Durante boa parte de sua vigência, além do requisito da organização em famílias para fazer jus aos benefícios da imigração subsidiada, exigia-se apenas a presença de um adulto apto do sexo masculino em cada família imigrante (Holloway, 1974: cap. 5).

Apesar da falta de respaldo empírico, manteve-se na literatura a insistência quanto ao tamanho ampliado da família imigrante. Marcava-se na verdade o caráter, este sim, essencial da família sob o *colonato*: o de manter-se como unidade de cooperação no trabalho. É este aspecto fundamental da cooperação, provavelmente, a raiz da propalada vantagem da família grande neste regime de trabalho. Dentre estas vantagens, a mais importante seria a possibilidade de acumulação de um pecúlio ao longo dos anos de trabalho duro do conjunto da família.

De um lado, o tamanho ampliado da família permitiria maiores ganhos monetários provenientes do trato do cafezal, da colheita e de serviços adicionais eventualmente realizados e pagos por dia aos membros da família dos colonos. O cuidado de um maior número de árvores durante o ano, o volume maior de café colhido e a possibilidade de deslocar alguns de seus membros para outras atividades desvinculadas do trabalho no cafezal e separadamente remuneradas, seriam responsáveis pela manutenção de saldos positivos nas contas dos colonos na fazenda ao final do ano agrícola (Bassanezi, 1973).

De outro lado, o tamanho da família facultaria o acesso a uma quantidade maior de terra para o plantio dos cereais. Esta quantidade dependia, ao que tudo indica, do número de pés de café aos cuidados do colono, determinado em função do número de braços disponíveis em sua família. Portanto, maior o número de trabalhadores, maior a disponibilidade de terras para o colono manter seus cultivos alimentares. Deste modo, o colono e sua família poderiam dispor de um volume maior de cereais, ampliando seus rendimentos monetários com a venda dos excedentes ao consumo familiar.

Uma primeira observação a ser feita diz respeito às implicações do tamanho da família nas distintas fases de seu desenvolvimento. Como vimos, nem sempre uma família grande equivale a uma disponibilidade maior de braços, decorrendo um lapso maior ou menor de tempo entre a ampliação da unidade familiar e de sua capacidade produtiva. A ampliação do tamanho da família significa uma extensão do tempo em que a unidade familiar se vê constituída por



uma minoria de produtores. Neste caso, o tamanho aumentado pode significar um retardamento do momento em que seria possível ao colono realizar seu salto qualitativo acumulando um pecúlio. As fases iniciais seriam, por isso mesmo, mais precárias do ponto de vista da intensidade de trabalho requerida dos membros adultos e do padrão de consumo resultante.

Em vista disso, os argumentos que acentuam as vantagens da família grande valem apenas para uma de suas fases, funcionando em sentido oposto em outras. É apenas quando a unidade familiar pode tirar partido de uma alta proporção de produtores que seu tamanho ampliado atua em seu benefício.

A discussão a este nível deixa de lado, no entanto, o que nos parece mais essencial na determinação da viabilidade do pecúlio. Referimo-nos às condições que cercavam a produção independente do colono, relativas tanto à qualidade e localização das terras para o plantio de subsistência, quanto à capacidade de transformação dos excedentes em mercadorias (Sallum Jr, 1979: 219 e seguintes).

Com relação aos dois primeiros aspectos, sabemos que, com o passar do tempo, o desgaste das terras e o crescimento dos cafeeiros fez com que se restringisse o cultivo intercalar de cereais. Permitido amplamente nas áreas novas, a plantação nas ruas do cafezal de produtos destinados ao consumo do colono foi variavelmente substituído, nas antigas áreas cafeicultoras, pelo cultivo em terrenos cedidos fora dos cafezais. Nesse sistema, as roças alimentares não podiam mais ser tratadas ao mesmo tempo em que eram realizadas as carpas do cafezal. A produção direta da subsistência passou a exigir um maior dispêndio de energia por parte da família trabalhadora. É possível que, nessas condições, a necessidade de conciliar exigências de trabalho conflitantes tivesse levado a uma divisão de tarefas, cuidando alguns dos membros da família apenas ou prioritariamente do café ou dos cereais. A variação na localização das roças parece ter afetado a capacidade de produção de excedentes. Tomando-se por base um mesmo montante de recursos de mão-de-obra, reduz-se a capacidade de levar à frente o cultivo de cereais com a cessão de terrenos fora do cafezal. Segundo diversos autores, esta seria a razão pela qual os colonos abandonavam as fazendas com cafezais já formados, preferindo aquelas em que novas lavouras dessem margem ainda ao cultivo intercalar. Isto explicaria a mobilidade da mão-de-obra sob o *colonato*, transferindo-se os colonos das áreas velhas para as áreas novas em busca de condições de trabalho mais favoráveis (Holloway, 1974; Martins, 1979; Sallum Jr, 1979).

Mas a possibilidade de transformar o produto do esforço familiar em pecúlio estava na dependência da comercialização dos excedentes do consumo. Do que se sabe sobre o destino dado a esses excedentes, é possível que, em muitos casos, não tenham resultado em grandes economias. Em alguns casos, a fazenda tinha preferência na compra destes excedentes, destinando-os à venda à parcela dos assalariados que não dispunha de roças. É possível que este tenha sido o arranjo predominante quando a fazenda estivesse muito distante de centros urbanos que pudessem absorver esses produtos. Nestes casos, o resultado da venda dos excedentes integrava a contabilidade da fazenda, cotejado com os demais créditos e débitos nas contas dos colonos. Em outras situações, a proximidade dos mercados consumidores permitia ao colono tentar melhor sorte, vendendo sua produção aos armazéns da cidade mais próxima. Também nestes casos não é seguro que os resultados fossem melhores, pois os preços dos produtos ali-

mentares tendiam a ser baixos em função do reduzido tamanho do mercado e da competição de inúmeros pequenos produtores (Martins, 1979; Sallem Jr, 1979). (16)

Desse modo, a possibilidade de acumulação de um pecúlio por esta via seria reduzida, talvez menor que aquela freqüentemente suposta. Na verdade, a relação de trabalho instituída com o colonato não tinha como pressuposto a transformação do colono em proprietário. Os incentivos embutidos no contrato de trabalho tinham como objetivo garantir sua subordinação ao processo de produção capitalista de café. É inegável que muitos dos que chegaram como imigrantes, empregados nas fazendas de café, conseguiram prosperar e, eventualmente, tornaram-se eles mesmos fazendeiros de café. Contudo, é provável que os que assim ascenderam tenham se beneficiado de contratos de trabalho mais favoráveis, como os de formação de cafezais ou mesmo de parceria a partir dos anos 30 deste século. Em ambos os casos, parte do produto comercializado era constituído pelo café. Além disso, no caso dos formadores, desfrutavam do fato de plantarem em terras recém-abertas, cuja fertilidade era maior. (17)

Em síntese, do que foi mencionado parece razoável admitir ser bastante provável que determinados momentos do ciclo vital tenham sido extremamente úteis para que o esforço familiar resultasse em um certo pecúlio. É possível também que o momento do ciclo vital fosse um critério relativamente difundido entre os fazendeiros para selecionar as famílias contratadas. Se estas hipóteses forem verdadeiras – e nossa aposta é que sejam – isto *prova apenas* a sua utilidade e não o marcado caráter essencial ou determinante como alguns trabalhos fazem supor. O grave em assumir descuidadamente esta determinância é minimizar ou mesmo desprezar outras ordens de fatores cujo papel nos parece ter sido mais decisivo para o sucesso, tanto entre as famílias como para o sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As situações cruciais costumam ser encaradas como a fase de maior transparência dos processos sociais nela envolvidos. Por isso, são tomadas como momentos propícios para esclarecer pontos ainda obscuros. As características da recente e vigorosa transição demográfica brasileira constitui certamente um destes momentos. A preocupação com o tema tem resvalado em aspectos do passado tidos como assentados e, com isso, levantado algumas pontas de dúvidas. É neste quadro que este trabalho se insere.

Nossas considerações finais estão marcadas por esta característica que o trabalho assume. Não é constituída de itens que sumariam os argumentos desenvolvidos. Ao contrário, reunimos uma série de sugestões, ou seja, arrolamos uma série de pontos a serem resolvidos para que se possa concluir.

Há, inicialmente, que se pesquisar um pouco mais sobre o que está por trás das médias por nós reunidas. Qual seria a distribuição das famílias segundo o número de filhos? A forma recorrente com que se aceita a presença da família grande não deve ser considerada como fator inibidor. Nossa impressão é que, mais uma vez, estamos em face de argumentos que ganham força pela repetição. Faltam, sobretudo, evidências empíricas e um ponto de referência: afinal,



a família foi grande em relação a quê? Não seria esta a primeira vez que o mito da família grande seria contestado. Já o foi nos países europeus e, no Brasil, uma série de estudos se encaminham neste sentido.

O pressuposto da família grande vem de encontro das imagens acerca das características domésticas antes e após a Independência. De acordo com estas imagens, a família brasileira típica do passado seria de tipo patriarcal, ampliada pela presença de uma vasta parentela e agregados de vários tipos a se somarem à descendência de seu chefe. Herança de um passado mais remoto, a família grande predominaria em todas as camadas sociais. (16)

À despeito de toda autoridade de que se revestiu este tipo de reconstrução do passado, as evidências hoje disponíveis acerca de períodos diversos indicam direção oposta. Com o número de estudos históricos que se possui hoje, pode-se afirmar com segurança que, ao contrário do que se supunha, predominou no passado um tipo de família bastante próximo daquele que hoje conhecemos, relativamente pequena e constituída fundamentalmente por um núcleo conjugal central, eventualmente ampliado pela presença de outros membros, parentes ou não (Marcílio, 1974; Costa, 1979 e 1981).

Tais antecedentes, somados às evidências coligidas em pesquisa recente, colocaram-nos a necessidade de uma revisão acerca do tamanho da família no *colonato*. Na cafeicultura, as necessidades de mão-de-obra teriam acentuado a imagem da família grande, com a preferência pela importação de trabalhadores europeus com proles numerosas.

Quanto ao papel fundamental que se supõe teria a família grande sob o *colonato*, nosso esforço se concentrou em distinguir o que seria *efetivamente vantajoso* e o que poderia ser considerado *essencial* àquela organização do trabalho. Ao longo desta linha, mostramos a importância de se levar em conta as fases do desenvolvimento familiar na avaliação dos efeitos das proles numerosas.

Uma série de idéias estão subjacentes a esta proposta de separação do funcional e do essencial. Uma delas é que o tamanho da família teria sido dado pelo padrão de vida da época (Hermann, 1948: 1-326). Estimadas as probabilidades de sobrevivência, o grosso das famílias não poderia desfrutar de um tamanho final extremamente elevado (Paiva, 1982: 17 e seguintes). Outra idéia tem a ver com a questão da adequação da família ao sistema produtivo. Dadas as características da produção cafeeira no período, esta adequação poderia ocorrer, de um lado, com uma simples reorganização do trabalho familiar e, de outro, pela ação do mecanismo de distribuição proporcional das terras para os cultivos alimentares. Uma terceira consideração diz respeito à família grande enquanto ideal. Na verdade, a concentração de seus benefícios em um período de tempo muito estreito deixa dúvidas quanto a sua eficácia enquanto modelo. Nesse sentido, a importação de famílias com composição demográfica favorável poderia evitar os ônus das fases iniciais do processo de constituição de uma família grande. Este teria sido um dos artifícios responsáveis pela eventual vigência de um padrão de tamanho de família elevado para uma parcela da massa trabalhadora sob o *colonato*.

Esta tentativa de isolar o que é simplesmente vantajoso em um dado momento, daquilo que é fundamental, não é inócua em suas conseqüências. Ao apontar a insuficiência de

determinados argumentos é possível desmanchar falsos paralelismos freqüentes no contraste do presente com o passado.

Nesse sentido, há que tentar desvendar o que se esconde atrás da aparente constância no tamanho médio da família e na proporção dos que trabalham. Isto é, porque em momentos tão diferentes como o auge do *colonato* em São Paulo e o avançado grau de generalização do proletariado na mesma região encontrar-se-iam tais semelhanças quanto a estes aspectos. Obviamente que as médias podem estar escamoteando diferenças nas estruturas familiares que são da maior importância detectar. É possível, por outro lado, que as diferenças entre os períodos devam ser buscadas em outro lugar. Isto não reduz a importância da organização social do trabalho sobre a vida familiar, já que o tamanho é apenas um de seus aspectos.

De qualquer forma, o cotejamento destes dois momentos, tão diferentes do ponto de vista da organização do trabalho, impõe reparos à hipótese a partir da qual adquirem sentido as evidências reunidas por Paiva (1982) em seu trabalho acerca dos fatores responsáveis pela desestabilização da fecundidade no Brasil. A eliminação do espaço garantido à produção direta da subsistência – i.e. a proletarização da massa trabalhadora – não seria suficiente para explicar as alterações nos padrões de fecundidade. Dentre outras possíveis razões porque, nesta hipótese, importa o tamanho da família que, como vimos, não teria sofrido, aparentemente, substancial mudança.

Se isto é verdade, outros aspectos também relacionados ao processo de proletarização poderiam ser chamados a reforçar a hipótese acerca dos mecanismos responsáveis pela desestabilização da fecundidade. Especialmente fatores relacionados à formação de mercados de trabalho regionais e em escala nacional podem ter afetado aspectos da nupcialidade que redundariam em alterações nos níveis de fecundidade. A ampliação no grau de mobilidade espacial da população, importante especialmente em algumas regiões, pode ter afetado sua capacidade reprodutiva, através do retardamento das uniões e da separação dos casais por períodos variáveis de tempo. É nesse sentido que nos parece inadequada a oposição entre o passado e o presente em termos da vigência de mecanismos institucionais de regulação da fecundidade, por um lado, e do predomínio de um controle deliberado, por outro. As transformações que se processaram nas formas de organização da atividade econômica no Brasil produziram um novo quadro institucional dentro do qual se move a racionalidade individual e familiar.

Por último, cabe aduzir um argumento de caráter demográfico freqüentemente esquecido na discussão acerca do passado. Se predominaram famílias numerosas dentre as gerações que nos precederam, não sabemos. Contudo, mesmo que tenham se igualado as proporções das famílias grandes e pequenas, ou até que as menores tenham predominado, é certo que as primeiras deram origem, em seu conjunto, a um maior número de pessoas do que as últimas. Assim, se tivermos por base informações de sobreviventes, é provável que a imagem da família grande no passado seja reforçada.

NOTAS

1. Estagnada a economia canavieira do Nordeste brasileiro e a mineração no vizinho Estado



de Minas Gerais, os contingentes populacionais antes nelas envolvidos tenderam a ali permanecer, incorporados à economia de subsistência em cada uma destas regiões. Há evidências de que foi esta policultura de subsistência responsável pelo suprimento dos reduzidos mercados urbanos, envolvendo por vezes o deslocamento a grandes distâncias. Em vista disso, teria havido desde sempre uma vinculação mercantil desta pequena atividade policultora, o que poderia explicar a dificuldade de submissão das populações nela envolvidas ao trabalho assalariado nas fazendas de café.

2. Este aspecto foi nos sugerido pelo professor Iraci del Nero da Costa em conversa acerca do tema durante a redação deste trabalho.
3. Colono era o trabalhador masculino adulto contratado para as lavouras de café.
4. Holloway (1972) calcula que cerca de 70% das necessidades de consumo da família trabalhadora no colonato não dependiam do mercado para sua satisfação. Já Martins (1979) refere-se a cálculos da época dando conta de que a produção direta de gêneros alimentícios corresponderia a 35-45% das despesas de uma família com seis pessoas.
5. A enxada era o instrumento básico de trabalho agrícola. O mesmo termo era utilizado de forma análoga para designar o membro da família do colono apto ao trabalho da lavoura. Menores de 16 anos eram considerados "meias-enxadas", pois sua capacidade produtiva não excedia a metade daquela do trabalhador adulto.
6. É corrente na literatura sobre o colonato a ênfase na família grande e sua importância neste regime de trabalho. Veja-se, entre outros, Bassanezi (1973); Holloway (1974: cap. 5 e 8); Sallum Jr. (1979); Silva Dias (1979); Spindel (1980: cap. 2) e Stolcke (1982).
7. A discussão que se segue toma o trabalho de Paiva (1982) como representante da linha mais frutífera de investigação no momento atual, dele retirando alguns pontos a serem abordados no texto.
8. Referimo-nos à investigação levada a efeito por uma das autoras deste trabalho na região de Pederneiras no Oeste Paulista. Embora o objetivo da pesquisa fosse investigar a família trabalhadora do presente, foram levantadas informações acerca do passado.
9. Estes dados fora coletados e organizados por Holloway (1974). É importante notar que, de acordo com suas informações, a maioria dos imigrantes entraram no País como membros de uma família, aqueles sozinhos representando menos de 30% do total. Adultos sozinhos foram importantes especialmente dentre os imigrantes espontâneos, transportados à margem dos programas da imigração subsidiada. Veja-se especialmente o capítulo 5 do trabalho citado.
10. Os dados foram retirados do trabalho de Bassanezi (1973) sobre a Fazenda Santa Gertrudes, no município de Rio Claro no Oeste Paulista, pertencente à família Prado.
11. É importante destacar que o primeiro conjunto de dados retirados do trabalho de Hollo-

way (1974) refere-se a um período em que, proporcionalmente, os italianos haviam declinado no conjunto da imigração. É possível que esta seja uma das razões das divergências entre aquelas séries e as de Bassanezi (1973) no que diz respeito às médias de tamanho da família, já que os italianos parecem ter sido os mais prolfíficos.

12. A exclusão de alguns dos membros da família do colono do trabalho regular no cafezal encontra-se na base da distribuição proposta por Sallum Jr (1979: 227 e seguintes) entre "família" e "unidade técnica de trabalho familiar".
13. Sallum Jr. (1979) acentua que, meso na colheita, não se configura um padrão consistente de divisão técnica do trabalho. Isto porque, basicamente, não há especialização em tarefas diferentes e complementares, decorrendo a divisão de tarefas muito mais de uma necessidade de adaptação à composição por idade e sexo da família.
14. Holloway (1974) e Sallum Jr. (1979) referem-se à importância de uma composição familiar favorável mas não se detêm neste aspecto.
15. Estes dados foram colhidos em pesquisa já citada e encontram-se, juntamente com outros, em *A Produção da vida*. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1982.
16. Foram utilizados os valores medianos. Caso tivéssemos usado médias, os valores que encontraríamos seriam ligeiramente mais elevados.
17. Nos depoimentos que recolhemos velhos trabalhadores foram unânimes ao afirmar que os cereais que colhiam "não tinham preço" para vender.
18. Nos contratos para a formação de lavouras, o fazendeiro cedia ao trabalhador o direito de realizar cultivos intercalares, que alcançavam grande rendimento devido à fertilidade das terras recém-abertas. Além disso, em muitos casos podiam comercializar as primeiras colheitas, obtidas antes da entrega prevista do cafezal ao fazendeiro. Nos contratos de parceria para o cuidado de lavoura já formadas, repartia-se o produto da colheita do café, ficando os cereais inteiramente para parceiro.
19. Estas imagens foram bastante difundidas pela obra de Gilberto Freire (1958 e 1963).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALÁN, Jorge et alii. 1973. Population and economic development in Brazil. In: BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativo. In: *Estudos CEBRAP*. São Paulo, (5): 5-80, Jul/ago/set. 1973.



- BASSANEZI, M.S.C. 1973. *Fazenda Santa Gertrudes: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista, 1895-1930*. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro.
- BERQUÓ, E. & MERRICK, T.W. 1973. *The determinants of Brazil's rapid decline in fertility*. Washington DC. National Academy Press.
- BERQUÓ, E. & CARVALHO, J.A.M. 1986. *Sobre a situação atual das questões relacionadas aos estudos populacionais no Brasil*. (Trabalho elaborado por solicitação da Fundação Ford, ainda não divulgado).
- CARVALHO, J.A.M. et alii. 1981. *A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação*. Belo Horizonte. Cedeplar.
- COSTA, I. del Nero. 1979. *Vila Rica: População (1719-1826)*. São Paulo. IPE-FEA/USP.
- COSTA, I. del Nero. 1981. *Populações mineiras*. São Paulo. IPE-FEA/USP.
- FREYRE, Gilberto 1958. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- FREYRE, Gilberto. 1963. *The mansions and the shanties*. New York, Knopf.
- HERRMANN, L. 1948. Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de 300 anos. In: *Revista de Administração Municipal*. Nº 5 e 6: 1-326.
- HOLLOWAY, T.H. 1972. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915: uma análise preliminar. In: *Estudos Econômicos*, 2 (2); 145-180.
- HOLLOWAY, T.H. 1974. *Migration and mobility: immigrants as laborers and landowners in the coffee zone of São Paulo, Brazil, 1886-1934*. Ph.D. dissertation, University of Wisconsin.
- LEVY, M.S.F. 1974. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). In: *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 8 (supl): 49-90.
- MARCÍLIO, M.H. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. Tese de livre docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- MARTINS, J. de S. 1979. *O cativo da terra*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- MERRICK, T.W. & GRAHAM, D.H. 1979. *Population and economic development in Brazil*. Baltimore, John Hopkins University Press.
- MERRICK, T.W. 1985. Production and reproduction in Europe e Latin America: the proletarianization hypothesis. *IUSSP International Population Conference*, Florença, junho.

- OLIVEIRA, M.C.F.A. 1985. *Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo*. Textos NEPO 1, Campinas.
- PAIVA, P. de T.A. 1972. O processo de proletarização como fator de desestabilização dos níveis de fecundidade no Brasil. *VII Reunião do Grupo de Trabalho sobre Processo de Reprodução da População (Prorepop)*. Comissão de População e Desenvolvimento do CLACSO, Cuernavaca, México, fevereiro.
- SALLUM JR, B.J. 1979. *Capitalismo e cafeeicultura no Oeste Paulista: 1888-1930*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- SILVA DIAS, A.M.P. da. 1979. *Fartura ou carestia*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP.
- SPINDEL, C.R. 1980. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, cap. 2.
- STOLCKE, V. 1982. A família que não é sagrada. In: *Colcha de Retalhos* (vários autores): São Paulo, Brasiliense.
- VIOTTI DA COSTA, E. 1966. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

ABSTRACT – This paper aims to discuss some of the assumptions underlying the wage changes in the Brazilian population dynamics are interpreted. Two of them were selected for examination because of their frequency in the literature on the subject. First, the idea that families were large in the past as a consequence of a deliberately uncontrolled fertility. Second, the supposition that numerous offspring was a response to the way economic production was organized. The discussion focuses on the *colonato*, a labor regime of general use in coffee farming of the Paulista West from the last decades of the XIXth century until 1930. The importance of the family in labor organization in coffee cultivation and the available evidences on family sizes and on labor force within families are examined. The fragility of the arguments in use is demonstrated and the need for more empirical research is stressed. Researches which could better clarify the very complex relationships between social processes and demographic behavior.